RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica

ÊXODO RURAL, ESCOLA DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA DAS COMUNIDADES RURAIS NA COMUNIDADE DE SAMBURÁ, SÃO BORJA/RS

RURAL-TO-URBAN MIGRATION, RURAL SCHOOLS, AND TERRITORIAL DEVELOPMENT: CHALLENGES FOR THE RETENTION OF RURAL COMMUNITIES IN SAMBURÁ, SÃO BORJA/RS

ÉXODO RURAL, ESCUELAS RURALES Y DESARROLLO TERRITORIAL: DESAFÍOS PARA LA PERMANENCIA DE LAS COMUNIDADES RURALES EN LA COMUNIDAD DE SAMBURÁ, SÃO BORJA/RS

Lais de Avila Soares
Licenciada em Ciências Humanas – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas (PPGCH/UNIPAMPA), Campus São Borja. São Borja, RS, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0009-0004-7613-9540. E-mail: laissoares.aluno@unipampa.edu.br

Juliani Borchardt da Silva
Pós-doutora em Direito – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI); colaboradora e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa (PPGCH/UNIPAMPA), Campus São Borja. Santo Ângelo, RS, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6838-7852. E-mail: julianiborchardt@gmail.com

Recebido em 01/09/2026 | Aceito em 26/09/2026 | **Publicado em 11/10/2026**

RESUMO
O artigo analisa os impactos do êxodo rural na organização das comunidades do campo, com foco específico na comunidade de Samburá, em São Borja/RS. O fenômeno migratório é discutido não apenas como um deslocamento populacional, mas como consequência de um modelo de desenvolvimento que historicamente concentrou investimentos nos centros urbanos e na modernização agrícola, gerando desigualdades estruturais e processos de desterritorialização. A pesquisa, de caráter qualitativo e fundamentada nas Ciências Humanas e na Educação do Campo, argumenta que a escola do campo desempenha um papel que extrapola o ensino formal, funcionando como um espaço vital para a socialização, a preservação da memória coletiva e o fortalecimento da identidade local. O fechamento de escolas rurais, muitas vezes justificado por critérios administrativos de redução de matrículas, é apontado como um fator que acelera o esvaziamento das comunidades, criando um ciclo que incentiva novas migrações por falta de acesso à educação.

Palavras-chave
Êxodo Rural; Escola do Campo; Desenvolvimento Territorial; Identidade Comunitária; Políticas Públicas; Pesquisa Qualitativa; Desterritorialização.

ABSTRACT
This article analyzes the impacts of rural exodus on the organization of rural communities, with a specific focus on the community of Samburá, in São Borja/RS. The migratory phenomenon is discussed not only as a population displacement, but as a consequence of a development model that has historically concentrated investments in urban centers and agricultural modernization, generating structural inequalities and processes of deterritorialization. The research, qualitative in nature and grounded in the Humanities and Rural Education, argues that rural schools play a role that goes beyond formal education, functioning as a vital space for socialization, the preservation of collective memory, and the strengthening of local identity. The closure of rural schools, often justified by administrative criteria for reducing enrollment, is identified as a factor that accelerates the emptying of communities, creating a cycle that encourages new migrations due to lack of access to education.

Keywords
Rural Exodus; Rural School; Territorial Development; Community Identity; Public Policies; Qualitative Research; Deterritorialization.

RESUMEN
El artículo analiza los impactos del éxodo rural en la comunidad de Samburá, en São Borja/RS, destacando la escuela del campo como un elemento central de resistencia y preservación de la identidad territorial. El fenómeno migratorio se aborda no solo como un cambio demográfico, sino como consecuencia de políticas de desarrollo desiguales que históricamente han favorecido a los centros urbanos, provocando la desterritorialización y el debilitamiento de los vínculos sociales y culturales. A través de una investigación cualitativa, el estudio argumenta que la escuela rural trasciende su función educativa formal, actuando como un espacio vital para la socialización, la memoria colectiva y el ejercicio de la ciudadanía. El cierre de estas instituciones, a menudo justificado por razones administrativas, genera un ciclo que incentiva nuevas migraciones y fragiliza la estructura comunitaria. Se concluye que la permanencia de las poblaciones rurales depende de políticas públicas integradas que valoren la agricultura familiar, mejoren el acceso a servicios básicos y reconozcan a los sujetos del campo como protagonistas de su futuro. Fortalecer la educación del campo es fundamental para garantizar la resistencia de las comunidades y promover un modelo de desarrollo territorial que sea socialmente justo e inclusivo.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Palabras clave

Éxodo Rural; Escuela del Campo; Desarrollo Territorial; Identidad Comunitaria; Políticas Públicas; Investigación Cualitativa; Desterritorialización.

INTRODUÇÃO

O êxodo rural constitui um dos processos mais significativos da formação da sociedade e no espaço brasileiro, influenciando diretamente a organização do território, a dinâmica econômica e a estrutura das comunidades rurais. Intensificado a partir da segunda metade do século XX, esse fenômeno ocorreu simultaneamente à modernização da agricultura, ao crescimento industrial e à concentração dos investimentos públicos nos centros urbanos. Embora frequentemente explicado pela mecanização das atividades agrícolas e pela expansão do agronegócio, o êxodo rural resulta de um conjunto de fatores estruturais que envolvem desigualdades econômicas, limitações no acesso às políticas públicas e transformações nas relações sociais estabelecidas entre campo e cidade.

Nas últimas décadas, o Brasil consolidou-se como uma das maiores potências agrícolas do mundo. Entretanto, esse crescimento produtivo ocorreu simultaneamente ao esvaziamento de inúmeras comunidades rurais, provocando mudanças profundas nas formas de organização social, na oferta de serviços públicos e na permanência das populações em seus territórios. Em muitos municípios, especialmente aqueles onde a economia depende da agricultura familiar, a redução da população repercute diretamente sobre instituições comunitárias, entre elas a escola do campo, considerada um dos principais espaços de socialização, produção de conhecimento e fortalecimento da identidade local.

Nesse contexto, compreender o êxodo rural exige uma abordagem que ultrapasse interpretações exclusivamente econômicas. Conforme Coggiola (2020), os fenômenos sociais devem ser analisados a partir da articulação entre fatores históricos, políticos, culturais e econômicos, reconhecendo que as desigualdades territoriais resultam de processos historicamente construídos. O autor ainda afirma que,

As ciências do homem surgem no interior do processo de evolução econômica do capitalismo. A ideia de homem que constitui seu objeto provém da elaboração abstrata do conceito de trabalho em suas dimensões sociais e históricas. A crescente divisão social do trabalho, aliada à valorização das técnicas, conduziu à especialização crescente do trabalho científico que também afetou as ciências humanas. Isso se manifestou como processo de fragmentação do conhecimento que segmenta profundamente da realidade e de si mesmo (Coggiola, 2020, p. 14).

Essa perspectiva permite compreender que a migração rural não representa apenas uma escolha individual, mas a consequência de políticas de desenvolvimento que favoreceram determinados espaços em detrimento de outros.

Ao discutir a permanência das populações rurais, torna-se indispensável considerar o papel desempenhado pela escola do campo. Para Arroyo (2006) e Caldart (2002), essas instituições constituem espaços de valorização da cultura das comunidades rurais, de fortalecimento da cidadania e de reconhecimento dos sujeitos

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

do campo como produtores de conhecimento. Dessa maneira, o fechamento de escolas rurais ultrapassa a esfera administrativa e produz impactos diretos sobre a continuidade da vida comunitária, a preservação da memória coletiva e o sentimento de pertencimento das populações locais.

É nesse cenário que se insere a comunidade de Samburá, localizada no município de São Borja, Rio Grande do Sul, a localidade está situada a 78 km de distância da área urbana e possui uma população estimada em 353 habitantes. Assim como diversas comunidades rurais brasileiras, Samburá enfrenta transformações decorrentes da redução populacional, das mudanças nas atividades produtivas e das dificuldades de manutenção dos serviços públicos. A permanência da escola rural torna-se, portanto, um elemento estratégico para compreender os desafios impostos pelo êxodo rural e para refletir sobre políticas públicas voltadas ao fortalecimento do desenvolvimento territorial.

Diante dessa realidade, este artigo tem como objetivo analisar os impactos do êxodo rural sobre a organização das comunidades rurais, enfatizando a relação entre desterritorialização, permanência da escola do campo e preservação da identidade comunitária. Para isso, fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa, articulando contribuições das Ciências Humanas, da Educação do Campo e dos estudos sobre desenvolvimento rural. Busca-se demonstrar que a permanência da escola rural representa condição essencial para a continuidade das comunidades, evidenciando a necessidade de políticas públicas capazes de promover não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a valorização dos sujeitos, da cultura e dos territórios rurais.

ÊXODO RURAL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: MUITO ALÉM DA MIGRAÇÃO POPULACIONAL

Durante muito tempo, o êxodo rural foi explicado como consequência natural da industrialização e da modernização agrícola. Porém, essa interpretação se mostra insuficiente para compreender a complexidade das transformações ocorridas no espaço rural brasileiro. Sendo assim,

> Todo o progresso da agricultura capitalista é um progresso não apenas da arte de depredar o trabalhador, mas também, ao mesmo tempo, da arte de depredar o solo; todo o progresso no aumento de sua fecundidade por um determinado prazo é ao mesmo tempo um progresso na ruína das fontes duradouras dessa fecundidade. Por isso a produção capitalista não desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção mais do que minando ao mesmo tempo as fontes das quais emana toda riqueza: a terra e o trabalhador (Marx, 1966 *apud* Coggiola, 2020, p. 21).

A migração da população do campo para as cidades não decorreu apenas da introdução de máquinas agrícolas ou da redução da necessidade de mão de obra, mas também da forma como o desenvolvimento econômico foi historicamente planejado e implementado no país.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Ao longo do século XX, o Estado brasileiro concentrou investimentos em infraestrutura urbana, expansão industrial e oferta de serviços públicos nas cidades. Hospitais, universidades, sistemas de transporte e oportunidades de emprego passaram a localizar-se predominantemente nos centros urbanos, enquanto inúmeras comunidades rurais permaneceram com acesso limitado à educação, saúde, comunicação e infraestrutura básica. Essa distribuição desigual dos investimentos contribuiu para ampliar as diferenças entre campo e cidade e estimulou movimentos migratórios em busca de melhores condições de vida.

Alves, Souza e Marra (2011) afirmam que o êxodo rural resulta da combinação entre fatores de expulsão e fatores de atração. Os primeiros relacionam-se à mecanização agrícola, à concentração fundiária, à redução das oportunidades de trabalho e à insuficiência das políticas públicas voltadas ao meio rural. Já os fatores de atração correspondem às oportunidades oferecidas pelas cidades, frequentemente associadas à geração de emprego, acesso aos serviços públicos e perspectivas de crescimento social. A interação entre esses elementos demonstra que a migração rural deve ser compreendida como consequência das desigualdades estruturais presentes na organização territorial brasileira.

Além das questões econômicas, é necessário considerar a dimensão simbólica desse processo. Ao longo das últimas décadas, consolidou-se um imaginário social que identificou o espaço urbano como sinônimo de progresso, modernidade e sucesso, enquanto o meio rural passou a ser frequentemente associado ao atraso e à ausência de oportunidades. Essa representação influenciou decisões individuais e familiares, contribuindo para intensificar a migração, sobretudo entre os jovens, que passaram a perceber a permanência no campo como obstáculo à realização pessoal e profissional.

Na localidade de Samburá, nas primeiras observações e entrevistas, não se observou essa busca por uma qualidade de vida melhor nas áreas urbanas, os relatos obtidos citam questões relacionadas ao trabalho, muitos saem da localidade por mudanças no trabalho, onde ocorre a troca dos donos de fazendas e granjas, fazendo com que as famílias migrem com os antigos donos ou vão para outras localidades com oportunidades de emprego. Outra questão observada é a saída das famílias em busca de localidade de melhor acesso para tratar questões médicas ou apoio educacional (psicopedagogas, fonoaudiólogas, neuropediatra). São Borja possui esses atendimentos, porém muitas famílias migram para localidades mais próximas da cidade para manter os atendimentos.

Contudo, a experiência vivenciada por grande parte dos migrantes demonstrou que o deslocamento para os centros urbanos não garantiu, necessariamente, melhores condições de vida. O crescimento acelerado das cidades foi acompanhado pela expansão das periferias, pelo aumento do desemprego, da informalidade e da desigualdade social. Dessa forma, muitos trabalhadores substituíram as dificuldades enfrentadas no campo por novas formas de exclusão nos espaços urbanos, evidenciando que o êxodo rural não solucionou os problemas estruturais que motivaram a migração.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Brandão (2006) contribui para essa discussão ao afirmar que o território constitui espaço de construção da identidade, da memória e das relações sociais. Sob essa perspectiva, deixar o campo significa romper vínculos historicamente estabelecidos com a comunidade, com as formas de produção, com os saberes tradicionais e com as práticas culturais transmitidas entre gerações. Assim, o êxodo rural não representa apenas um deslocamento físico, mas um processo de transformação das formas de viver, produzir conhecimento e construir pertencimento.

ESCOLA DO CAMPO, IDENTIDADE TERRITORIAL E PERMANÊNCIA DAS COMUNIDADES RURAIS

A permanência das populações rurais em seus territórios depende de fatores que ultrapassam a disponibilidade de trabalho ou a rentabilidade das atividades agrícolas. O território constitui um espaço de construção da vida social, no qual se desenvolvem relações de pertencimento, memória, identidade e cooperação que conferem sentido à experiência coletiva. Quando essas relações são interrompidas pelo êxodo rural, ocorre um processo de desterritorialização que modifica profundamente a organização das comunidades e compromete a continuidade de práticas sociais historicamente construídas.

Nesse contexto, compreender o território apenas como espaço físico destinado à produção agrícola significa desconsiderar sua dimensão social e cultural. Conforme Brandão (2006), o território é produzido pelas relações estabelecidas entre os sujeitos e seu ambiente, constituindo um espaço de convivência onde circulam saberes, valores, tradições e formas próprias de organização comunitária. Assim, o êxodo rural não representa apenas a diminuição da população residente no campo, mas também a ruptura de vínculos que sustentam a identidade coletiva das comunidades.

Essa interpretação aproxima-se das reflexões desenvolvidas pelas Ciências Humanas, que compreendem os fenômenos sociais como construções históricas influenciadas pelas relações de poder e pelas desigualdades existentes na sociedade. Para Coggiola (2020), analisar as transformações ocorridas no espaço rural exige reconhecer que o desenvolvimento econômico pode produzir efeitos contraditórios, beneficiando determinados setores enquanto amplia processos de exclusão em outros. Sob essa perspectiva, o esvaziamento das comunidades rurais constitui uma das expressões das desigualdades territoriais produzidas pelo modelo de desenvolvimento brasileiro.

À medida que a população diminui, reduzem-se também as oportunidades de convivência comunitária. Associações de moradores, cooperativas, grupos religiosos, eventos culturais e espaços coletivos passam a enfrentar dificuldades para manter suas atividades, comprometendo mecanismos tradicionais de solidariedade e participação social. A comunidade permanece geograficamente existente, porém perde parte de sua capacidade de produzir relações sociais e fortalecer o sentimento de pertencimento entre seus moradores.

Entre todas as instituições presentes no meio rural, a escola ocupa papel singular nesse processo. Diferentemente de outros equipamentos públicos, ela reúne diariamente crianças, jovens, professores, famílias e lideranças comunitárias,

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

funcionando como espaço de encontro, formação cidadã e preservação da memória local. Sua atuação extrapola a função de transmissão de conhecimentos escolares, tornando-se elemento articulador da vida comunitária.

Para Arroyo (2006), a escola do campo deve ser compreendida como parte integrante da realidade rural, assumindo compromisso com os sujeitos, os modos de vida e os projetos de desenvolvimento das comunidades onde está inserida. Essa concepção rompe com modelos educacionais que reproduzem conteúdos desvinculados da realidade dos estudantes e propõe uma educação comprometida com a valorização da cultura do meio rural, dos conhecimentos locais e da participação comunitária.

Nessa mesma direção, Caldart (2002) defende que a Educação do Campo representa um projeto político e pedagógico fundamentado no reconhecimento dos povos do campo como sujeitos históricos. A autora afirma que educar no meio rural significa fortalecer a identidade das populações rurais e articular os conhecimentos científicos aos saberes produzidos nas comunidades. Assim, a escola deixa de ser apenas um espaço de educação formal para assumir papel estratégico na construção da cidadania e na valorização das experiências vividas pelos estudantes.

Essa compreensão se torna particularmente relevante diante do crescente fechamento de escolas rurais observado em diferentes regiões do Brasil. Em muitos municípios, a redução das matrículas tem sido utilizada como principal argumento para a reorganização das redes de ensino. Embora essa decisão seja frequentemente justificada por critérios administrativos e financeiros, seus impactos extrapolam a esfera educacional.

Hage (2015) argumenta que o fechamento das escolas do campo representa uma das consequências mais severas do êxodo rural, pois essas instituições desempenham funções sociais, culturais e políticas indispensáveis à permanência das comunidades. A desativação de uma escola não significa apenas a interrupção das atividades pedagógicas; implica também a perda de um espaço de convivência, de participação coletiva e de preservação da memória comunitária.

Nesse cenário, estabelece-se um processo cíclico. A redução da população provoca diminuição das matrículas escolares; a queda das matrículas favorece o fechamento das escolas; e a ausência da escola incentiva novas famílias a migrarem em busca de melhores oportunidades educacionais para seus filhos. Como consequência, intensifica-se o esvaziamento populacional e amplia-se a fragilidade das comunidades rurais.

A realidade observada na comunidade de Samburá exemplifica esse processo. As transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas, associadas à redução da população residente, repercutem diretamente sobre a dinâmica comunitária e sobre a organização das instituições locais. A escola permanece como um dos principais espaços de integração social, reunindo moradores em atividades culturais, reuniões, eventos e projetos educativos que fortalecem os vínculos entre diferentes gerações.

Sob essa perspectiva, defender a permanência da escola do campo significa defender a continuidade da própria comunidade. Mais do que garantir acesso à

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

educação, trata-se de preservar a memória coletiva, fortalecer a identidade territorial e assegurar condições para que as populações rurais permaneçam em seus espaços de origem com qualidade de vida e acesso aos direitos sociais. A valorização dessas instituições deve, portanto, integrar políticas públicas de desenvolvimento territorial comprometidas com a redução das desigualdades entre campo e cidade e com a construção de um modelo de desenvolvimento socialmente inclusivo.

A PESQUISA QUALITATIVA COMO INSTRUMENTO DE COMPREENSÃO DAS TRANSFORMAÇÕES NAS COMUNIDADES RURAIS

A compreensão do êxodo rural exige uma perspectiva metodológica capaz de interpretar os significados produzidos pelos sujeitos que vivenciam esse processo. Pois,

> Um fato científico é conquistado, construído e verificado, ou seja, conquistado sobre os pré-conceitos; construído pela razão; e verificado nos fatos. O indivíduo, quando inicia um trabalho científico, está minado de crenças e de saberes sobre o tema que escolheu investigar. E, para que ocorra a transformação do fato social em científico, há que se buscar um afastamento deste cotidiano. A isso se denomina processo de ruptura com os seus pré-conceitos (Morosini *et al.*, 2021, p. 27).

Embora os dados estatísticos permitam identificar a redução da população rural e as alterações demográficas ocorridas nas últimas décadas, eles não conseguem revelar como essas mudanças afetam a vida cotidiana, os vínculos sociais e a identidade das comunidades. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa apresenta-se como importante estratégia para compreender as dimensões humanas presentes nesse fenômeno.

Segundo Creswell e Creswell (2021), a pesquisa qualitativa preocupa-se em compreender como os indivíduos interpretam suas experiências e atribuem significados às transformações vivenciadas em seus contextos sociais. Os autores afirmam que esse tipo de investigação ultrapassa a descrição dos fatos, buscando interpretar a realidade a partir da perspectiva dos próprios participantes.

Essa compreensão mostra-se especialmente relevante para estudos desenvolvidos em comunidades rurais, onde aspectos como memória, pertencimento, identidade e relações de vizinhança dificilmente podem ser traduzidos apenas por indicadores quantitativos. O êxodo rural modifica não apenas o número de habitantes, mas também as formas de convivência e de organização social construídas ao longo de gerações.

Nesse contexto, Brandão (2006) ressalta que produzir conhecimento sobre uma comunidade implica reconhecer seus moradores como sujeitos ativos do processo investigativo. A pesquisa participante rompe com perspectivas tradicionais que tratam a população apenas como fonte de informações, valorizando os saberes produzidos coletivamente e a experiência cotidiana como elemento central da investigação.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Segundo Brandão (2006), a pesquisa participante compreende a produção do conhecimento como um processo construído coletivamente, no qual pesquisadores e participantes dialogam, compartilham experiências e interpretam a realidade de forma colaborativa.

Outro aspecto importante refere-se à historicidade dos fenômenos sociais. Para Denzin e Lincoln (2006), compreender uma realidade exige reconhecer que os significados atribuídos pelos sujeitos são construídos ao longo do tempo, sendo influenciados pelas experiências individuais e coletivas. Os autores afirmam que:

> [...] a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. [...] a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (Denzin; Lincoln, 2006, p. 17).

Essa concepção fortalece o compromisso ético da pesquisa com a comunidade investigada, permitindo que os próprios moradores participem da interpretação das transformações ocorridas em seu território. Dessa forma, a investigação deixa de representar apenas uma descrição acadêmica da realidade para tornar-se instrumento de valorização da memória coletiva e de fortalecimento da identidade comunitária.

Ao analisar a comunidade de Sambará sob essa perspectiva, torna-se possível compreender que o êxodo rural não representa apenas a redução do número de moradores. Ele modifica profundamente as formas de participação comunitária, interfere nas relações de solidariedade, altera práticas culturais e transforma a percepção que os sujeitos possuem sobre o lugar onde vivem.

As análises nessa localidade se deram por observação participante e diário de campo, onde foi possível perceber no período de setembro de 2025 a junho de 2025 a saída de ao menos 5 famílias, que estavam ligadas à escola e consequentemente houve a baixa nas matrículas também. Estas informações foram coletadas e houve entrevista com apenas uma família no período da saída desta da localidade e da escola, foi possível perceber que o difícil acesso à comunidade foi um dos fatores que levaram esta família a migrar para outra localidade em outro município onde esta família possui terras próprias, já que na localidade de Sambará viviam em terras arrendadas[1], e estas se localizavam em regiões baixas, próximas ao rio Uruguai, e com os alertas de grandes enchentes para região, resolveram voltar para suas terras em outra localidade, em outro município.

Quanto ao fechamento das escolas rurais no município de São Borja, trata-se de um fato que pode ser percebido pelas pesquisas realizadas por Dutra (2012).

> Cabe ressaltar que de acordo com o setor de registro escolar e arquivo da Secretaria Municipal de Educação (SMEd), três escolas da zona rural foram

[1] Arrendamento: cessão temporária de um bem, geralmente imóvel, terra ou equipamento, para uso ou exploração econômica mediante o pagamento de renda ou valor fixo.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica

> extintas no período que compreende esta pesquisa. As duas primeiras escolas extintas nesse período foram a Escola Municipal São João, suspensa a contar do final do ano letivo de 2001 e a Escola Municipal Augusto Molina Weber também suspensa a contar do final do ano letivo de 2001. Já a Escola Municipal José Mario Fernandes foi extinta pelo Decreto Municipal nº 9.226 de 12 de abril de 2004 (Dutra, 2012, p. 55).

Segundo Dutra (2012), a queda drástica do número de alunos nestas escolas levou ao fechamento destas, com a justificativa destas escolas gerarem muitos gastos para serem mantidas para poucos alunos, desta forma os estudantes foram remanejados para outras localidades e as escolas extintas. Sendo assim, percebe-se que a saída das localidades rurais permeia uma série de questões que devem ser levadas em consideração. Ao analisar as motivações pode-se chegar a uma pesquisa próxima a realidade do processo. O fechamento das escolas pode gerar prejuízos ainda maiores para quem ainda permanece no meio rural, então a pesquisa deve levar em consideração todas estas questões.

Essa abordagem também dialoga com as contribuições de Oliveira (2020), ao defender que as Ciências Humanas devem considerar a complexidade dos fenômenos investigados e evitar interpretações simplificadas da realidade social. Ainda, segundo o autor, as pesquisas em Ciências Humanas investigam sujeitos inseridos em contextos históricos e sociais, sendo necessário considerar os valores, as experiências, as crenças e os significados construídos pelos indivíduos para compreender adequadamente os fenômenos sociais.

Essa perspectiva metodológica torna-se especialmente importante quando o objeto de estudo envolve comunidades rurais. Os impactos do êxodo rural manifestam-se não apenas na diminuição da população, mas também na perda de referências culturais, no enfraquecimento das relações comunitárias e na transformação das expectativas das novas gerações em relação ao campo.

Nesse cenário, a pesquisa qualitativa possibilita compreender dimensões que permanecem invisíveis aos levantamentos estatísticos. As narrativas dos moradores revelam lembranças, percepções e sentimentos relacionados às mudanças ocorridas na comunidade, permitindo identificar elementos fundamentais para a construção de políticas públicas mais sensíveis às especificidades dos territórios rurais.

Além disso, a utilização dessa abordagem contribui para aproximar a produção acadêmica das necessidades concretas das comunidades investigadas. Conforme Thiollent (2011), a pesquisa deve assumir compromisso com a transformação da realidade social, produzindo conhecimentos capazes de subsidiar ações voltadas ao enfrentamento dos problemas identificados durante a investigação.

Nesse sentido, compreender o êxodo rural por meio da pesquisa qualitativa significa reconhecer que a permanência das comunidades rurais depende não apenas de indicadores econômicos, mas também da valorização dos sujeitos, de suas histórias e dos vínculos que estabelecem com seus territórios. Essa perspectiva amplia o alcance da investigação e reforça o papel da universidade na produção de conhecimentos comprometidos com a promoção do desenvolvimento territorial e da justiça social.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica

POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO DO CAMPO E PERSPECTIVAS PARA A PERMANÊNCIA DAS COMUNIDADES RURAIS

A permanência das comunidades rurais brasileiras está diretamente relacionada à implementação de políticas públicas que considerem as especificidades do campo e reconheçam seus sujeitos como protagonistas do desenvolvimento territorial. Historicamente, as ações governamentais voltadas ao meio rural priorizaram o aumento da produtividade agrícola e a modernização das atividades econômicas, relegando a segundo plano investimentos em educação, saúde, infraestrutura, transporte e cultura. Como consequência, consolidou-se um cenário de desigualdades que contribuiu para intensificar o êxodo rural e fragilizar a organização das comunidades.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 representou um importante marco na ampliação dos direitos sociais ao reconhecer a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (Brasil, 1988). Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforçou esse princípio ao estabelecer que os sistemas de ensino deveriam respeitar as características regionais e as necessidades das diferentes populações, incluindo aquelas residentes no meio rural. Esses dispositivos legais foram fortalecidos pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002), que reconhecem a especificidade da Educação do Campo e orientam a elaboração de propostas pedagógicas vinculadas à realidade das comunidades rurais.

Apesar desses avanços normativos, a realidade evidencia que ainda persistem desafios significativos para a efetivação desses direitos. A redução do número de escolas do campo, a precarização da infraestrutura e a dificuldade de acesso a serviços públicos demonstram que a legislação, por si só, não garante a permanência das comunidades rurais. Torna-se necessário que as políticas públicas sejam acompanhadas de investimentos permanentes e de mecanismos de participação social capazes de assegurar sua implementação.

Nesse sentido, Grisa e Schneider (2015) destacam que o desenvolvimento rural deve ser compreendido como um processo multidimensional, no qual aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais são indissociáveis. A valorização da agricultura familiar, o fortalecimento das organizações comunitárias e a ampliação do acesso aos serviços públicos constituem elementos fundamentais para reduzir as desigualdades entre campo e cidade e promover condições de permanência das famílias em seus territórios.

Essa compreensão também está presente na produção de Dutra (2012), ao analisar a efetividade das políticas de Educação do Campo no município de São Borja. A autora evidencia que, embora existam avanços na legislação, sua concretização enfrenta obstáculos relacionados à gestão pública, à insuficiência de recursos e às dificuldades de manutenção das escolas rurais. Assim, a garantia do direito à educação depende de ações articuladas entre os diferentes níveis de governo e da participação ativa das comunidades na construção das políticas educacionais.

No caso da comunidade de Samburá, tais reflexões assumem especial relevância. A permanência da escola representa não apenas a continuidade do

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

atendimento educacional, mas também a preservação de um espaço de convivência comunitária, formação cidadã e valorização da cultura local.

A escola da localidade de Samburá, após observação e estudos dos documentos, foi possível perceber a redução no número de alunos do período de setembro de 2025 a junho de 2026. A escola fechou o ano letivo 2026 com 41 alunos e até o mês de junho a escola está com 33 alunos. Esses dados foram obtidos através da pesquisa realizada na secretaria da escola e entrevista com o diretor da escola que repassou os dados.

A escola torna-se, portanto, elemento estratégico para fortalecer o sentimento de pertencimento e contribuir para que crianças e jovens reconheçam o campo como espaço de vida, trabalho e produção de conhecimento.

Além da educação, é necessário considerar outras dimensões que influenciam diretamente a permanência das famílias nas comunidades rurais. A disponibilidade de transporte escolar, acesso à internet, serviços de saúde, assistência técnica, incentivos à agricultura familiar e oportunidades de geração de renda constituem fatores que interferem nas decisões das famílias sobre permanecer ou migrar. Dessa forma, o enfrentamento do êxodo rural exige políticas integradas, capazes de promover o desenvolvimento territorial de forma sustentável e inclusiva.

Outro aspecto relevante refere-se à participação das comunidades na formulação das políticas públicas. A experiência da Educação do Campo demonstra que as iniciativas construídas com a participação dos sujeitos locais tendem a responder de maneira mais efetiva às necessidades do território. Ao reconhecer agricultores, professores, estudantes e lideranças comunitárias como protagonistas do processo educativo, amplia-se a possibilidade de construir propostas comprometidas com a realidade rural e com a valorização das identidades locais.

Assim, pensar o futuro das comunidades rurais implica superar uma visão limitada do desenvolvimento baseada exclusivamente em indicadores econômicos. O fortalecimento do campo depende da articulação entre políticas educacionais, sociais, econômicas e culturais que assegurem condições dignas de vida e valorizem o papel estratégico desempenhado pelas comunidades rurais na produção de alimentos, na preservação ambiental e na construção da diversidade cultural brasileira.

Desse modo, a permanência da comunidade de Samburá e de tantas outras comunidades rurais brasileiras está diretamente vinculada ao reconhecimento de que o desenvolvimento territorial somente será efetivo quando incluir os sujeitos do campo como participantes ativos das decisões que dizem respeito ao seu futuro. A escola do campo, nesse processo, deixa de ser apenas uma instituição de ensino e consolida-se como espaço de resistência, produção de conhecimento, fortalecimento da identidade e promoção da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender que o êxodo rural constitui um fenômeno histórico e social complexo, cuja análise ultrapassa a perspectiva da migração populacional. As transformações observadas no meio rural brasileiro são resultado de um conjunto de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais que, ao

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

longo das últimas décadas, contribuíram para o enfraquecimento das comunidades rurais e para a ampliação das desigualdades entre campo e cidade.

A discussão desenvolvida evidenciou que a redução da população rural repercute diretamente sobre a organização das comunidades, afetando instituições fundamentais para a manutenção da vida coletiva, entre elas a escola do campo. Mais do que um espaço destinado à escolarização, a escola desempenha funções sociais, culturais e políticas que fortalecem o sentimento de pertencimento, preservam a memória coletiva e contribuem para a valorização da identidade dos sujeitos do campo. Nesse sentido, seu fechamento representa não apenas uma decisão administrativa, mas também um fator que acelera os processos de desterritorialização e compromete a continuidade das comunidades rurais.

A análise da realidade da comunidade de Sambará permitiu identificar que os desafios enfrentados pelas populações rurais refletem processos observados em diversas regiões brasileiras. A redução das oportunidades de trabalho, a concentração de serviços públicos nos centros urbanos e a insuficiência de políticas voltadas ao fortalecimento do meio rural contribuem para a saída das famílias do campo e para o enfraquecimento das instituições comunitárias. Ao mesmo tempo, verificou-se que a permanência da escola representa um importante mecanismo de resistência, favorecendo a construção de vínculos sociais, a valorização da cultura local e a formação das novas gerações.

A abordagem qualitativa adotada mostrou-se adequada para compreender essas transformações, uma vez que possibilitou analisar as experiências, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos às mudanças ocorridas em seu território. Ao valorizar as narrativas dos moradores e os referenciais das Ciências Humanas e da Educação do Campo, o estudo ampliou a compreensão sobre os impactos do êxodo rural para além dos indicadores demográficos, evidenciando dimensões relacionadas à identidade, à memória e às relações comunitárias.

Os resultados reforçam a necessidade de políticas públicas integradas que promovam o desenvolvimento territorial sustentável, articulando educação, infraestrutura, saúde, transporte, conectividade, agricultura familiar e participação comunitária. A permanência das populações rurais depende da garantia de condições dignas de vida e da valorização das instituições que sustentam a organização social do campo. Entre essas instituições, a escola ocupa posição estratégica por constituir espaço de formação humana, produção de conhecimento e fortalecimento da cidadania.

Por fim, conclui-se que enfrentar o êxodo rural exige superar políticas centradas exclusivamente em critérios econômicos e quantitativos. É indispensável reconhecer as comunidades rurais como espaços de produção de conhecimento, cultura, identidade e desenvolvimento. Nesse contexto, fortalecer a escola do campo significa fortalecer as próprias comunidades, contribuindo para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo, inclusivo e comprometido com a garantia dos direitos das populações do campo.

REFERÊNCIAS

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

ALVES, E. R. de A.; SOUZA, G. da S. e; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 20, n. 2, p. 80-87, abr./jun. 2011.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. *In*: MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do Campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 103-116.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 32, 9 abr. 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014**. Altera a Lei nº 9.394/1996 para dificultar o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 mar. 2014.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade. *In*: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (org.). **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COGGIOLA, Osvaldo. Ciências Humanas: o que são, para que servem. **Intelligere**: Revista de História Intelectual, São Paulo, n. 9, p. 14-38, 2020. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2020.173539.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DUTRA, Ana Claudia Gattiboni. **Efetividade das políticas nacionais de Educação do Campo**: o caso de São Borja/RS. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

FERREIRA, E. S.; LIMA, E.; QUADRADO, J. C.; COLVERO, R. B. Constituição de 1988: avanços e retrocessos na garantia do direito à educação dos grupos historicamente excluídos. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 33, p. 9-22, 2020.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da CAPES: o que há além da forma? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. 2, 2021.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUIMARÃES, Fábio de Oliveira. **Políticas públicas e fechamento das escolas do campo no Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Escola rural no Brasil**: as lições da história. Belém: UFPA, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: população urbana e rural. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2023**. Brasília, DF: INEP, 2023.

MOROSINI, Marília Costa; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do conhecimento**: teoria e prática. Curitiba: CRV, 2021.

OLIVEIRA, Esmael Alves de. **Metodologias de pesquisa em Ciências Humanas**. Curitiba: CRV, 2020.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2001.

SCHNEIDER, Sérgio. **A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Esta obra está sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RELAPTEC
Revista Latino-Americana de Produção Técnica e Tecnológica